

Povos indígenas e o “mercado de projetos”: Desafios para o controle social de convênios e contratos

*Luís Roberto de Paula*¹

Introdução

Os povos indígenas, tradicionalmente, apropriam-se e utilizam os recursos naturais presentes em seus territórios, transformando-os em atividades cotidianas de reprodução física e cultural: constroem moradias e canoas; produzem remédios para a saúde e para a doença; caçam e coletam (cotidianamente ou em momentos ritualizados): cultivam pequenas roças, por exemplo, de milho ou mandioca para alimentação cotidiana (ou ritual); não só caçam, mas transformam animais de pequeno porte em xerimbabo (aras, caititu, macacos). O universo de práticas sociais associadas à apropriação, transformação e reprodução de recursos naturais é amplo e diversificado, particularmente, quando colocamos lado a lado o conhecimento etnoambiental dos mais de 230 povos indígenas situados em território nacional.

Esse conjunto de conhecimentos etnoambientais é passado de geração a geração desde tempos imemoriais, dentro de complexas redes de ensino e aprendizagem. O respeito pela Natureza, que dá o sustento físico e simbólico, e pelas futuras gerações, que permitem a ideia de continuidade grupal no tempo e no espaço, são os pilares dessa filosofia de vida. O papel das gerações mais velhas é fundamental na sua reprodução, bem como na legitimação de suas mudanças. São elas – as gerações mais velhas – a fonte dos conselhos para que as práticas sociais não exerçam pressão demasiada sobre os recursos naturais. São bastante conhecidas as técnicas de rodízio de roças, por exemplo, que garantem a reposição cíclica da mata derrubada para o plantio (não só desempenhadas pelos índios, mas também pelos demais povos tradicionais). Não há concepção filosófica mais distante da lógica que orienta o modo de produção capitalista.

1 Doutor em antropologia social pela Universidade de São Paulo.

Os povos indígenas são portadores e executores de “planos de manejo” de recursos naturais desde tempos imemoriais.

Entretanto, com o crescimento demográfico associado à restrição dos espaços territoriais, bem como à pressão externa advinda da degradação ambiental realizada pelos não índios no entorno destes espaços, ocorre uma diminuição significativa do estoque de recursos naturais sob controle autônomo indígena. Normalmente, são nestas ocasiões que as comunidades passam a buscar alternativas de sustento fora de suas terras – como servir de mão-de-obra barata em fazendas, garimpos, seringais, atividades madeireiras etc. Mais recentemente, têm incorporado estratégias exógenas de manejo de recursos naturais para produção de subsistência e/ou para geração de renda. O aumento da dependência das comunidades em relação a segmentos da sociedade envolvente – advinda, num primeiro momento, do comprometimento das práticas tradicionais de manejo sustentáveis – encontra-se associada também ao aumento considerável da demanda interna por produtos de origem não indígena. É neste contexto que surgem os projetos de manejo sustentáveis para geração de renda apoiados por organizações governamentais e não-governamentais, voltados, por exemplo, para a produção comercial em pequena escala de recursos extrativistas (mel, castanha, matérias-primas para confecção de artesanato) ou para o gerenciamento de territórios e paisagens visando criar condições para atividades turísticas.

Se tradicionalmente a reprodução física e cultural das comunidades indígenas baseava-se principalmente no manejo adequado dos recursos naturais (vegetais e animais) locais, na atualidade segmentos sociais destes povos – particularmente, os “jovens” – passam então a ser “formados” ou “capacitados” para lidar com técnicas de manejo exógenas ao seu universo próprio de práticas sociais. Mais do que isso, transformam-se em mediadores políticos e administrativos de suas comunidades em relação à sociedade mais ampla.

Apesar de poderem ser identificadas em momentos históricos anteriores, desde o advento da Constituição Federal 1988, as associações indígenas passaram a ser o espaço institucional privilegiado como veículo fundamental para a concretização da intermediação entre os modos de produção de vida tradicionais e modernos.

Organizações, associações e movimento indígena

As terras indígenas situadas em território nacional, uma vez demarcadas e homologadas pelo governo federal, têm garantido um acesso bastante reduzido a recursos financeiros provenientes do poder público, principalmente pelo descaso orçamentário com que é tratada a agência responsável pelo trato dire-

to da assistência econômica aos povos indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai). Isso obriga as comunidades indígenas e suas formas de organização modernas (as associações indígenas) a buscarem recursos junto a outros programas e a outras instituições da União, estados e municípios, através de convênios, como também através de contratos, em boa parte proveniente da cooperação internacional.

Bruce Albert² consagra a expressão “mercados de projetos” para dar conta justamente deste universo de convênios e contratos disponibilizados, respectivamente, por fontes governamentais e não-governamentais, e acessados – e cada vez mais disputados – pelas associações indígenas distribuídas pelos estados que compõem a Amazônia Legal.³

Correndo o risco de ser repetitivo, é importante lembrar que a origem das associações indígenas remonta o processo de redemocratização do Estado Nacional, ainda durante a década de 1970, quando os povos indígenas passaram a contar com outros parceiros não índios de origem não-governamental. Estes atores tinham como uma de suas estratégias principais auxiliar o movimento indígena a auto-organizar-se a partir da formação de jovens lideranças “bilíngues” para a compreensão adequada dos complicados códigos da “política do branco”. Foi o fermento que originou o que viria a ser denominado pelo futuramente no campo indígena e indigenista brasileiros de “protagonismo indígena”. Coube ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) o papel de pioneirismo na formação e organização política da base indígena nacional, ainda durante os anos iniciais da década de 1970, em pleno fechamento da ditadura militar.

Para compor o quadro de agentes de apoio à causa indígena, diversos segmentos juntaram-se ao Cimi: tendências progressistas do protestantismo histórico, pesquisadores acadêmicos, indigenistas da própria Funai e mais uma diversidade de militantes ligados a diferentes áreas de atuação profissional.

Em virtude dessas estratégias iniciais de formação e mobilização política de lideranças indígenas, já no final da década de 1970, inicia-se finalmente o processo denominado “protagonismo indígena”: um momento no qual as principais lideranças indígenas dos diversos cantos do Brasil – assessoradas

2 B. Albert, “Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira”, in *Povos Indígenas no Brasil. 1996-2000*, São Paulo, ISA, 2000.

3 Neste artigo, a expressão “mercado de projetos” incorpora uma diversidade de outras associações indígenas, situadas em todo território nacional.

pelos seus novos parceiros da sociedade civil – iniciam o processo de fundação de organizações indígenas que, nesse primeiro momento, terão como característica principal a tentativa de articular numa mesma estrutura todas as lideranças indígenas mais representativas do cenário multiétnico brasileiro. A fundação da União Nacional dos Índios (UNI), em 1979, tinha justamente esta pretensão.

Posteriormente, e até os dias atuais, esta tentativa de implantação de organizações indígenas de caráter nacional será abandonada, e surgirá em seu lugar organizações de caráter regional – como a Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) – e uma multiplicidade de associações de caráter local.⁴

Importante destacar que o movimento indígena não deve ser confundido com as associações indígenas, entendidas aqui como uma das possíveis formas de expressão do modo indígena de se organizar politicamente, pressuposto institucional garantido pelo Artigo 232 da Constituição Federal de 1988. Desde a organização de seminários, conferências, assembleias, encontros regionais e locais, passando pela mobilização através de passeatas e acampamentos em Brasília ou ainda a ocupação de estradas e de prédios de órgãos governamentais (responsáveis, por exemplo, pela saúde indígena), até chegar à eleição de representantes para o poder executivo e legislativo, são muitas as formas de ações políticas que expressam o movimento indígena. São, em última instância, diferentes estratégias de organização e mobilização política com vistas a pressionar o poder público – e chamar a atenção das organizações não-governamentais nacionais e internacionais para o estabelecimento de parcerias – para o atendimento de suas demandas diversificadas.

4 Diversos artigos e dissertações versam sobre a questão do movimento indígena e sua institucionalização. Cf. B. Ricardo, “Quem fala em nome dos índios”, in *Povos indígenas no Brasil. 1991-1995*, São Paulo, ISA, 2000; M. H. Ortolan Matos, “O processo de criação e consolidação do Movimento Pan-indígena no Brasil (1970-1980)”, Brasília, UnB, 1997, dissertação de mestrado; L. D. B. Gruppioni, “Diretório Nacional de Associações e Organizações Indígenas no Brasil”, Brasília/São Paulo, Inep/Mari-USP, 1999; B. Albert, op. cit.; L. R. B. dos Passos, “Associações indígenas: Um estudo das relações entre Guarani e Terena na Terra Indígena de Dourados (MS)”, Curitiba, Departamento de Antropologia Social/UFPR, 2007, dissertação de mestrado.

Objetivos, metodologia e universo pesquisado

Este artigo faz parte de um estudo muito mais amplo apresentado no GT Povos Indígenas e Projetos de Desenvolvimento na Associação Brasileira de Antropologia – Norte e Nordeste (Abanne), em 2007. Por esta época trabalhava como pesquisador junto ao Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental (ISA),⁵ situação esta que me permitiu o acesso ao banco de dados do ISA que, dentre outras variáveis, recebe cotidianamente o *input* de dados sobre o perfil e os convênios e contratos firmados entre organizações não-governamentais (associações indígenas e seus parceiros institucionais) e governamentais (estados e municípios). A possibilidade deste rico banco de dados tornar-se um “cemitério” de informações pouco sistematizadas, estimulou-me a empreender a tarefa de criar, poderia dizer assim, um *output* preliminar para parte desse universo de dados, numa perspectiva associada ao empoderamento informativo não do movimento indígena e de suas associações, mas de seus parceiros governamentais e não-governamentais.

Naquela ocasião, dividi a apresentação em dois tópicos:

1. a identificação de alguns dos obstáculos presentes num processo de monitoramento virtual de convênios e contratos firmados entre associações indígenas, órgãos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais;
2. a apresentação de alguns exercícios preliminares de sistematização de dados a partir do cruzamento de algumas variáveis que compõem um determinado conjunto de contratos e convênios extraídos do banco de dados do ISA, como, por exemplo, o mapeamento da quantidade de recursos disponibilizados e suas fontes de financiamento, bem como a identificação das associações, terras e etnias indígenas receptoras desses recursos.

5 Trata-se de um conjunto de projetos afins que organiza e sistematiza, em um gerenciador de banco de dados georreferenciados, informações sobre terras indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) – federais e estaduais – e outras terras da União para fins específicos. A meta é monitorar as ações do Estado em relação aos direitos coletivos e o grau de proteção e conservação do patrimônio ambiental, assim como subsidiar projetos de sustentabilidade ambiental das comunidades indígenas e outras populações tradicionais face às políticas de desenvolvimento econômico. Este *paper* está focado em um dos campos do banco de dados, que trata dos projetos e convênios realizados entre associações indígenas, seus parceiros e instâncias governamentais e não-governamentais. As fontes monitoradas diariamente são jornais, revistas, Diário Oficial da União, páginas na Internet, tanto de ONGs como do governo federal.

Como já anunciado, neste artigo proponho-me apresentar apenas o primeiro tópico, qual seja, a identificação de parte dos obstáculos presentes no processo de monitoramento virtual de convênios e contratos firmados entre associações indígenas, órgãos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais.

Em decorrência desta opção, dois são os objetivos principais que norteiam a estratégia geral do artigo:

1. subsidiar o poder público, as associações indígenas e as ONGs parceiras para a criação de mecanismos e estratégias de controle social dos recursos financeiros disponibilizados no “mercado de projetos”; e
2. subsidiar as bases populacionais indígenas para que exerçam controle social sobre recursos financeiros em seus nomes disponibilizados, não só aqueles sob controle burocrático de instituições não indígenas, mas também das instituições que os representam “para fora”: as associações indígenas.

Desafios para o monitoramento de convênios e contratos

Se há algum sentido em realizar um mapeamento de dados de convênio e contratos da natureza aqui proposta, não há dúvida alguma que seu principal objetivo é proporcionar às bases populacionais indígenas objetos dessas políticas a possibilidade de acompanhar e controlar os recursos disponibilizados.

Entretanto, o acesso a estes dados e sua posterior disponibilização implicam, necessariamente, identificar o circuito pelo qual estão conectadas a fonte pagadora e o público-alvo, objeto do convênio ou do contrato. Nesse meio de campo burocrático, encontramos uma série de agentes mediadores, que vão desde as associações indígenas até os órgãos públicos – como as esferas governamentais estaduais e federais – e ONGs.

Uma das principais estratégias acionadas para a consecução deste objetivo, quando se trata de convênios – isto é, compromissos institucionais firmados com o poder público –, é o acesso sistemático e diário aos portais da “Transparência Pública” presente em todos os *sites* dos ministérios que têm linhas de financiamento para povos indígenas.⁶ Tais documentos podem ser acessados em seu conjunto no site da Controladoria Geral da União (CGU), órgão governamental diretamente responsável pela transparência de gastos públicos.

6 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Cultura (Minc), Ministério da Educação (MEC), entre outros.

Povos indígenas: projetos de desenvolvimento II

Portal da Transparência - Transparência de Recursos por Entidade (Somem Sem Fim Lucrativo) - Detalhes do Convênio

UF: AC | Município: 88888888

Detalhes do Convênio

Número do Convênio (EMF):	874438	Sigla do Convênio:	888888888888
Objeto do Convênio:	Atividades em parceria "PROJETO DE CULTURA-CELEBRANDO A FORMAÇÃO DOS POVOIS DA FLORESTA"		
Órgão Superior:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Conveniente:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Valor Convênio:	44.075,15	Valor Liberação:	44.075,15
Valor do Vigente:	26.121,0000	Valor do Vigente:	26.121,0000
Valor Compromisso:	44.000,00	Valor Última Liberação:	44.075,15
Valor Última Liberação:	20.880,00		

As atividades do convênio de parceria de Apoio Integral do Atendimento Pedagógico à Escola Pública - EMF, por si responsável de Carga Horária de 40 horas/sem, Cota de 100% para o MUNICÍPIO.

Mostrar resultados/Resumo: 10/10

Portal da Transparência - Transparência de Recursos por Entidade (Presidência Sem Fim Lucrativo) - Detalhes do Convênio

UF: DF | Município: 88888888

Detalhes do Convênio

Número do Convênio (EMF):	874438	Sigla do Convênio:	888888888888
Objeto do Convênio:	PROJETO DE CULTURA-CELEBRANDO A FORMAÇÃO DOS POVOIS DA FLORESTA		
Órgão Superior:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Conveniente:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Valor Convênio:	44.075,15	Valor Liberação:	44.075,15
Valor do Vigente:	26.121,0000	Valor do Vigente:	26.121,0000
Valor Compromisso:	44.000,00	Valor Última Liberação:	44.075,15
Valor Última Liberação:	20.880,00		

As atividades do convênio de parceria de Apoio Integral do Atendimento Pedagógico à Escola Pública - EMF, por si responsável de Carga Horária de 40 horas/sem, Cota de 100% para o MUNICÍPIO.

Mostrar resultados/Resumo: 10/10

Nos quatro exemplos apresentados, note-se que os agentes mediadores (“conveniente”) do convênio são, respectivamente, uma associação indígena, uma organização indigenista de apoio aos índios, uma prefeitura municipal e um governo estadual.

Numa leitura mais detalhada, esta primeira impressão perde sua validade, pois mesmo que identificado, não há maiores informações sobre quem é precisamente o público-alvo de cada convênio: nem as TIs objeto da disponibilização de recursos nem a base populacional especificamente atendida. Voltei sobre o tema.

Mas o Portal da Transparência da CGU possibilita um *link* para o internauta-pesquisador pelo qual ele pode “comentar o convênio”. No desenvolvimento do meu trabalho, todas tentativas de esclarecimento dos convênios realizadas foram realizadas com sucesso e demoraram em média um período máximo de 15 dias – algo surpreendentemente rápido para o padrão de atendimento público brasileiro.



Vejamos um exemplo deste exercício – caso do convênio federal apresentado acima com governo do estado do Amapá –, que, a partir da resposta da “central de atendimento” permitiu esclarecer com muito maior precisão qual a base populacional indígena atendida pelo convênio e, mais especificamente, qual o órgão diretamente responsável pela gestão de seus recursos.

O mesmo tipo de imprecisão de perfil dos convênios pode ser identificado naqueles disponibilizados por órgãos governamentais em seus próprios sites, que também podem ser encontrados no Portal da Transparência da CGU:

ENTIDADES/PROJETOS APROVADOS NA CHAMADA PARA PROJETOS 2006 – INDÍGENAS

UF	Proponente	Título
RS	Instituição Sinodal de Assistência Cultural e Educação – Departamento de Assuntos Indígenas – ISAEC-DAI-DAICOMIN	Revitalização entre grupos de mulheres Kaingang, da TI Guarita, sobre saberes tradicionais de manejo e uso de espécies medicinais e nutricionais
TO MA	Associação Wuty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins	Me Hymcy pohpoh xy: Fortalecendo o trabalho nas aldeias Timbira associadas à Wuty Catê
AP	Jepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena	Fortalecimento cultural e sustentabilidade na Produção e consumo de alimentos dos Wajápi do Anapari
MT RO	APIZ – Associação do Povo Indígena Zoró - Panajé	Capacitação e intercâmbio de experiências com 60 coordenadores da castanha dos povos Rikbttsa, Arara do Rio Branco e Zoró
TO	Kápey – União das Aldeias Krahô	Ampliando e consolidando práticas, descobertas e ensinios agroecológicos no território Krahô
PA	POEMA – Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável	Povo Tembé: Práticas Agrícolas Sustentáveis e Segurança Alimentar Indígena
SP	Ass. Comunitária Indígena Guaraní Tjeru Mirim Ba'e Kuaz I	Elaboração de um plano de manejo do palmito juçara na TI Ribeirão Silveira e capacitação de representantes Guaraní
RS	Fidene – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado	Formação de Indígenas Kaingang como Agentes Multiplicadores em Alto Nível e de Núcleos Familiares Multiplicadores em Produção Agroecológica e Agroindustrial

Na verdade, a lista dos convênios acima foi encontrada aleatoriamente num exercício de pesquisa no oráculo moderno *Google*, o que revela a dificuldade do pesquisador em conseguir achar este tipo de listagem nos próprios *sites* ministeriais. Composta por convênios firmados entre associações indígenas e organizações não-governamentais com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, esta lista apresenta, por um lado, especificações que permitem a identificação mais acurada (não ideal) da base populacional indígena atendida (por exemplo, a referência às TIs Guarita, Krahô, Wajápi e Ribeirão Silveira). Por outro, distancia-se desta identificação mais precisa em outros casos com as referências a “aldeias Timbira”; aos “povos Rikbttsa”, ao “povo Tembé”. Numa pesquisa complementar, o pesquisador descobre que os Rikbttsa e os Tembé encontram-se distribuídos por várias TIs e que os “Timbira” é um guarda-chuva étnico composto pelos Apinajé, Krikati, Gavião-Pulobiê e Krahô. É claro que a identificação das associações e instituições conveniadas permite um controle social pelas comunidades indígenas mais acurado. A questão é descobrir quais são estas comunidades, tarefa que exige, novamente, pesquisas e contatos complementares.

A lista da próxima tela reproduz os projetos aprovados e conveniados entre associações indígenas e o Projeto Vigisus II da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Mesmo identificadas as associações conveniadas, não há referência

específica sobre as aldeias atendidas, mas apenas menção a “etnia”. Sabemos, por exemplo, que os Kaingáng habitam atualmente 41 TIs distribuídas pelos estados da região Sul e Sudeste do país.

Nº	DSII	Título do Projeto	Proponente	Etnia
028-05	Ceará	Projeto de Horto de Plantas Medicinais	Comissão Comunitária do Povo Indígena Piraquary de Monguba - COPTM	Piraquary
029-05	Ceará	Produção de Leite para Promoção da Segurança Alimentar de Crianças Indígenas	Associação das Mulheres Indígenas Jangapo-Kandê - AMIK	Jangapo-Kandê
030-05	Ceará	Produção de Leite Para Promoção da Segurança Alimentar de Crianças Indígenas	Comunidade das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará - COPICE	Piraquary
031-05	Goianá-Tocantins	Cultivo integrado de cultivos de subsistência e captação de água potável de processamento de mandioca	Associação do Grupo Indígena Tembê das Aldeias São e Staço - AGTASE	Tembê
034-05	Interior Sul	Peça e Computador	Cooperativa Agrária Indígena Médio Lado	Kaingang
036-05	Interior Sul	Alimento e Saúde para Todos	Associação Comunidade Indígena Votozão São Valentim	Kaingang
038-05	Interior Sul	Casa Cultural - Mão Colada	Clube de Jôias FAG - SI	Kaingang
041-05	Interior Sul	Na Aldeia Toldô Challenge Os Saberes e as Práticas Tradicionais de Saúde Sécilo Heremonda	Esporte Clube Comunitário	Kaingang
042-05	Interior Sul	Préio (Préio Deserdê)	Associação de Produtores Rurais Indígenas do Entre Fato/SC	Kaingang e Guaraní
043-05	Interior Sul	Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Indígenas da Aldeia Toldô	Associação Comunitária Toldô	Kaingang e Guaraní

Conselho Deliberativo Nacional - Indígenas para as Atividades Comunitárias em Saúde Indígena - Projeto VIGIUSUS/FUNASA 3

No período da pesquisa, no próprio site da Funai podia-se encontrar uma lista de convênios firmados entre associações indígenas e outros órgãos governamentais e instituições de cooperação internacional, como mostra a tela inferior da página ao lado. Note-se que o mesmo tipo de dificuldade se repete na tentativa de identificação da base populacional indígena objeto de descrição, neste caso, objetos de “extratos de contratos”. Há exceções, mas é impossível saber quem é o universo populacional representado pela “Associação Comunitária Ourives”; “Associação Comunidade Indígena São Miguel”; “Associação Comunitária Estrela” etc.



Para além das virtudes e problemas identificados nos exemplos assinalados, há uma grande dificuldade na identificação de outros tipos de dados, como o valor exato dos convênios e seus períodos de vigência. Muitas vezes o pesquisador cadastra um convênio com um valor x e, meses depois, se depara com mudanças no valor e do prazo de seu desembolso (algo muito comum nos convênios de saúde indígena, por exemplo). Isto acarreta sérias dificuldades na quantificação total dos recursos disponibilizados pelos convênios e, correlatamente, no controle social a ser exercido pelas comunidades indígenas atendidas. Implica também na necessidade de revisão cotidiana de parte dos convênios já cadastrados, algo bastante exaustivo e pouco estimulante.

Esse elenco preliminar de problemas identificados no processo de monitoramento de convênios indica que parte deste tipo de pesquisa depende de dados só possíveis de serem acessados por via direta junto às instituições convenientes, sejam elas quais forem. Esse acesso, na maioria dos casos, é de difícil obtenção, por motivos dos mais variados, dentre eles, as disputas e as alianças ideológicas existentes no campo da política indigenista e indígena nacional e a interferência desse embate junto ao mercado de projetos.

Se há dificuldades na identificação dos convênios de origem governamental, com todos os avanços indiscutíveis presentes no Portal da Transparência da CGU, o acesso aos contratos firmados junto à cooperação na-

cional e internacional não ficam atrás. Não há, com raras exceções, uma política de transparência para a opinião pública na aplicação precisa e detalhada dos recursos disponibilizados no mercado de projetos. Isso leva a uma questão simples: exige-se, a partir daí, a entrada de vínculos pessoais (necessariamente “camaradas”, aliás) no processo de obtenção de dados. Não parece ser muito razoável para um pesquisador envolvido neste tipo de mapeamento, ligar para o diretor-financeiro de uma organização de cooperação internacional e simplesmente dizer: “Bom-dia. Qual é o valor e o prazo do convênio x firmado com a associação y ?”

A única exceção a essa regra geral identificada durante a pesquisa foi o portal do Global Environment Fund (GEF), um mecanismo financeiro multilateral fundado em 1991, do qual participam 178 países, incluindo o Brasil. Ali foi possível encontrar *on-line* diversos convênios firmados entre o fundo, associações indígenas e organizações não-governamentais.



Além da entidade conveniada, do período de duração e do valor conveniado – dados centrais para análises mais precisas –, há indicação do resumo e dos objetivos do projeto, algo não encontrado na grande maioria das fontes de financiamento de projetos pesquisadas. Infelizmente, reproduz-se a ausência de dados mais precisos sobre a base populacional e as TIs atendidas pelo contrato.

Considerações finais

Duas conclusões podem ser extraídas dessa exposição.

Primeiro que é urgente a criação de uma metodologia uniforme para apresentação de dados presentes nos convênios e contratos e que possa ser disseminada entre órgãos governamentais e não-governamentais. A base desta metodologia relaciona-se ao modo pelo qual a base populacional indígena, objeto do convênio ou do contrato, será identificada para apresentação pública: *a definição precisa da etnia e da TI e, melhor ainda, da(s) aldeia(s) contempladas, pedra angular para a construção de mecanismos de transparência de recursos financeiros disponibilizados aos povos indígenas*. Outras variáveis tais como períodos de desembolso, execução e entrega de prestação de contas devem ainda ser consideradas, tal como o resumo e os objetivos do projeto, a quantidade de pessoas atendidas (os “Guarani”, como qualquer outro guarda-chuva étnico, é mera abstração para os objetivos da análise).

Segundo, que acordos formais e interinstitucionais para o compartilhamento de dados entre as fontes de financiamento, os conveniados e as instituições voltadas para este tipo de pesquisa seriam de fundamental importância para o bem da transparência pública dos dados e do consequente controle social sobre os mesmos.

Apesar de ser difícil afirmar categoricamente que a grande maioria dos convênios e contratos sofre das imprecisões identificadas – o universo que foi analisado é provavelmente bastante irrisório –, os exemplos apresentados demonstram que há muito ainda a ser feito em termos de aprendizado institucional para que o controle social de recursos financeiros disponibilizados para os povos indígenas seja, de fato, uma realidade.